

António Branco

TRÊS LEITURAS. APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE A
CONSTRUÇÃO ESCOLAR DE COMUNIDADES DE LEITORES.
LEITURAS DO MANUAL DE PORTUGUÊS (COIMBRA:
ALMEDINA, 2000), DE MARIA DE LOURDES DA TRINDADE
DIONÍSIO.



ALMEDINA

I

Estou aqui para vos falar de um livro que a Maria de Lourdes Dionísio escreveu. Por isso, espero ser uma espécie de mestre-sala de uma festa em que todos celebramos um nascimento. A festa é dupla, porque este livro fala de livros e de textos: ***A Construção Escolar de Comunidades de Leitores. Leituras do Manual de Português.***

Confesso-vos que fiquei fascinado, em primeiro lugar, com a fotografia da capa. É uma fotografia a preto e branco, emoldurada em verdes suaves, e em que se vê, em primeiro plano, uma mão segurando as páginas de um livro aberto. Essa mão, de que se destacam o polegar e o indicador direito em amoroso diálogo com o papel de letras desfocadas, pertence a um corpo também desfocado e adivinhado nos contornos de uma camisola branca e de um joelho tímido. Não sabemos quem é o leitor ou a leitora. Não sabemos que livro folheia. Mas a mancha gráfica não corresponde à de um manual de Português. Não, não se trata de um manual de Português. Prefiro crer que o livro da capa reproduz uma imagem deste mesmo livro cujo nascimento celebramos. Já voltarei a este aspecto.

Detenho-me, agora, no subtítulo: ***Leituras do Manual de Português***

A sua inscrição espacial faz dele, simultaneamente, subtítulo do livro da Maria de Lourdes e legenda da fotografia em cujo topo se inscreve. E, na sua simplicidade tão exacta, este subtítulo é sintacticamente ambíguo. Numa das suas faces, ele parece querer significar «leituras realizadas pelos autores do manual de Português». Mas também pode querer exprimir que o manual de Português foi lido por alguém ou que alguém o vai ler. Num dos casos, o sujeito implícito do substantivo deverbal «leituras» são os autores dos manuais. No outro, o sujeito desse mesmo substantivo com força de verbo é a própria Maria de Lourdes Dionísio, autora do livro que vos apresento, e leitora do manual de Português. Os subtítulos quase invisíveis dos caps. III, IV e V do estudo reforçam esta interpretação: neles se lê "primeira leitura", "segunda leitura", "terceira leitura".

Regressemos à fotografia.

Disse-vos que preferia imaginar que as folhas sustentadas por essa mão protagonista pertencem ao livro da Maria de Lourdes. Porque, acreditando nisto, quem eu vejo na fotografia é a mão de um leitor deste livro que fala de manuais cujos autores leram livros, manuais esses que, por sua vez, foram lidos pela Maria de Lourdes Dionísio. A beleza vertiginosa da leitura resulta, para mim, desta espécie de *mise-en-abîme* encenada nesta capa e que acontece de cada vez que um livro é folheado. Porque esse livro pode, como este, falar de leitores de livros, e, como no caso deste livro, prever a imagem do leitor que o lê.

Antes mesmo de o ler, tenho já a certeza de que este livro me falará do amor pela leitura e da maneira como outros livros, de cuja leitura este resulta, tratam esse amor. Porque a capa deste livro, porta por onde somos convidados a entrar, autofotografa amorosamente a mão que amorosamente o folheia.

II

O título da obra da Maria de Lourdes anuncia imediatamente o seu princípio fundador: o de que a escola forma comunidades de leitores. Todos conhecemos as acepções mais evidentes do termo «comunidade», nomeadamente:

- «qualidade do que é comum»;
- «participação em comum»;
- «comunhão».

Assim sendo, uma comunidade escolar de leitores seria formada pelos professores e alunos que, num determinado espaço (a turma, a escola), participam em comum no acto de ler. E por participarem em comum nesse acto, assimilariam traços comuns, resultantes do espírito de partilha fraterna em que a leitura se realizasse. Ou seja, uma comunidade escolar de leitores seria constituída por professores e alunos que comungam da leitura dos mesmos livros e sobre eles partilham convicções, perguntas, sobressaltos, emoções. Esta é uma interpretação utópica do que poderia ser uma comunidade escolar de leitores. Dela já falou, melhor do que algum dia eu poderia fazê-lo, a Margarida Vieira Mendes, sobre quem a Maria de Lourdes, nos agradecimentos, exprime uma saudade que também eu sinto.

Contudo, o dicionário chama a nossa atenção para outra acepção gramatical:

- «conjunto de pessoas que vivem em comum com recursos que não são da sua propriedade pessoal».

Eu diria de outra forma: «conjunto de pessoas que vivem em comum com recursos que pertencem ao grupo e a nenhuma delas». Esta acepção teve actualizações históricas conhecidas, nomeadamente nas comunidades *hippies* dos anos sessenta ou nas comunidades religiosas que sempre existiram. Neste caso, trata-se de grupos em que cada sujeito renuncia voluntariamente a si, aos seus sonhos, aos seus desejos, em nome dos sonhos e dos desejos do colectivo. Um comunidade de leitura nesta acepção seria, por isso, aquela em que cada leitor que a constitui abdica da sua forma particular de ler para procurar integrar-se numa maneira de ler comum. Seria a comunidade dos leitores abnegados.

Na primeira acepção, a comunidade não tem personalidade própria nem pré-estabelecida, já que a sua personalidade resulta da conjugação das várias personalidades de leitura que para ela contribuem. Na segunda acepção, é a personalidade de leitura da comunidade, entidade abstracta e metonímica, que pré-determina, modela e ajusta a de cada um dos indivíduos que a integra. Na primeira acepção, só existe comunidade porque a ela pré-existem leitores. Na segunda, a comunidade existe antes dos leitores e estes poderiam, eventualmente, nunca existir verdadeiramente, já que a comunidade se basta a si própria.

A Escola Portuguesa ainda não decidiu que tipo de comunidade de leitura gostaria de ver desenvolver-se no seu seio. Por um lado, os textos programáticos apontam, nitidamente, para uma comunidade do primeiro tipo: aquela em que os alunos vão sendo ajudados a criarem uma personalidade de leitura própria, em que se vão progressivamente autonomizando para, dessa forma, contribuírem para o

enriquecimento da comunidade a que pertencem. Por outro, a prática pedagógica, de que os manuais são uma espécie de buraco de fechadura, prefere assegurar-se de que a comunidade seja pré-configurada por leis e regulamentos de leitura a que os alunos deverão conformar-se. Creio ser fiel ao livro da Maria de Lourdes quando identifico neste último paradigma o fio condutor da sua análise.

III.

O estudo da Maria de Lourdes, amiga recente e colega que muito admiro, pode ser olhado sob três perspectivas diferentes. Se preferirem, eu próprio decidi fazer três leituras do livro, como a Lourdes fez três leituras do manual de Português.

Em primeiro lugar, é um instrumento de trabalho posto, agora, à disposição de todos os que se interessam pelas dificuldades inerentes ao ensino e à aprendizagem da leitura dos textos literários. Neste leitor implícito estou a incluir: investigadores, professores dos vários níveis de ensino, alunos de graduação e pós-graduação e, porque não?, pais de alunos especialmente interessados em compreender melhor por que motivo os seus filhos não parecem estar a desenvolver de forma salutar e rica as competências de leitura que a sua ida para a escola os autorizaria a esperar.

Em segundo lugar, é, no panorama português, o primeiro estudo de fundo, no âmbito da disciplina a que poderíamos chamar *Didáctica da Leitura do Texto Literário*, que se posiciona, descomplexadamente, nesse recente domínio do saber, sem prestar vassalagens cerimoniosas a outros domínios do saber mais institucionalizados nas universidades.

Em terceiro lugar, é um texto de intervenção política, que interessa a todos os que desempenham funções de responsabilidade, nomeadamente no Ministério da Educação, e, ainda, aos autores de manuais e directores de editoras.

Passo a analisá-lo nessas três vertentes.

Primeira Leitura

Como instrumento de trabalho, o livro da Maria de Lourdes oferece-nos um conjunto muito vasto de dados que sustenta a análise e as conclusões, e que, não se esgotando nessa análise, potencia outras. A autora analisou dezoito manuais de Português, de forma caleidoscópica, oferecendo-nos 2 figuras, 14 gráficos e 37 quadros em que se organizam os dados obtidos e se consubstancia a sua tese. Vale a pena, ainda, chamar a atenção para o rigor de formulação e apresentação dos dados. Neles se analisam vários tipos de realidades:

— a frequência com que os autores de textos literários são citados, procurando, assim, identificar-se o cânone escolar da literatura actualmente ensinada no 3º ciclo do Ensino Básico;

— a forma, a função, os domínios abrangidos e os implícitos teóricos dos enquadreadores desses textos, chamando a Maria de Lourdes «enquadreadores» às afirmações dos autores dos manuais que antecedem perguntas ou tarefas sobre os textos;

— as competências-alvo, os domínios alcançados e a tipologia das instruções (interrogativas e imperativas) das actividades propostas em torno desses textos;

— as representações da leitura veiculadas pelos textos antologados nos manuais.

Os dados recolhidos são exaustivos, o que, por um lado, nos permite aferir melhor os resultados obtidos, e, por outro, nos fornece uma visão muito completa do universo estudado. Simultaneamente, sabemos sempre o que a Maria de Lourdes faz com eles, quais são as regras do jogo científico que realizou e que ponto de vista teórico o sustenta. Estas qualidades desenham aquilo a que me apetece chamar uma *glasnost* da investigação, num tempo em que tropeçamos em tanta opacidade, em tanta intuição desenraizada, em tanta opinião gratuita.

Por isso, há outros dados, menos visíveis mas não menos importantes, neste livro: as referências a outros estudos, nuns casos discutidos, noutros referidos, noutros recensados — e que se traduzem numa bibliografia riquíssima, actual e diversificada. A Maria de Lourdes interessou-se por quase tudo: pela Teoria da Literatura, pela Sociologia, pela Educação, pela Filosofia, pela Linguística, pela Estética, pela Ética, pela Economia. Demonstra, sem nunca exhibir, uma curiosidade quase lúdica e um domínio invejável de saberes que, habitualmente, não frequentamos ao mesmo tempo ou com tanta segurança. E, por isso também, o investigador que sou se sentiu convocado para a investigação. É verdade: o estudo da Maria de Lourdes incita-nos, provoca-nos e cria ou acentua em nós o desejo de investigar com inteligência e sensibilidade, porque as suas palavras transportam a voz amadurecida de uma investigadora inteligente e sensível.

Mas também ajuda os professores a serem melhores professores, porque lhes devolvem uma imagem muito nítida da perversidade de um dos seus instrumentos de trabalho mais importantes: o manual. De facto, o estudo permite-nos compreender que, usado acriticamente, o manual é uma insidiosa e perigosa ferramenta da hipnose que, frequentemente, subjuga os protagonistas da aula de Português. Se a Arte deve potenciar a emancipação do indivíduo, como pretende uma didáctica fundada nas lições de Platão, a sua apropriação pelo manual de Português recondu-la, pelo contrário, a uma função disciplinadora, repressora da expressão individual. Por isso, tantas e tantas vezes me interrogo sobre se a literatura que se lê nos manuais da Escola de hoje é mesmo Literatura ou se não será já outra entidade, simulacro da primeira, resultante do domínio das vozes alheias que dela se apoderam para a transformar em instrumento de domesticação. Ou seja, meus amigos, será que a Literatura que todos amamos é amável no contexto do manual? Será que esse bem resiste às várias operações que sobre ela exercem os manuais? Convido-vos a ler o livro da Maria de Lourdes para encontrarem as respostas dela a estas perguntas.

Segunda Leitura

Este livro, afirmo-o já, posiciona-se, descomplexadamente, numa área jovem do saber, a que chamei *Didáctica da Leitura do Texto Literário*, entendida como subdomínio da *Didáctica da Literatura*. Também disse que ele não presta vassalagem a áreas disciplinares mais institucionalizadas, podendo, por isso, estabelecer com elas um convívio são e frutuoso. Destaco duas: a Teoria da Literatura e a Linguística.

Estas duas disciplinas, também elas recentes, mas já suficientemente desenvolvidas e institucionalizadas para ocuparem um lugar próprio nas universidades, reivindicam frequentemente, pela voz de ilustres investigadores, a paternidade e maternidade da Didáctica. Há algo de verdade nisto. De facto, a Didáctica filia-se em áreas de referência como aquelas e, não podendo actualizar-se senão nas suas múltiplas especificidades (Didáctica do Inglês, Didáctica da Literatura, Didáctica da Matemática, etc.), sob perigo de se confundir com disciplinas mais abrangentes dos Estudos Educacionais, acaba por correr o risco de se deixar absorver por elas, como os filhos que se mantêm na casa dos pais muito para além da passagem à vida adulta.

Alguns estudos publicados em Portugal antes deste são a evidência do que acabo de afirmar. Este momento festivo não aconselha a que os identifique, mas posso caracterizá-los num dos seus aspectos mais idiossincráticos: para cada afirmação no campo da Didáctica da Literatura, reproduzem e veiculam cinco ou seis no campo da sua área de referência, como se só dessa forma pudessem validar-se. Outros estudos em Didáctica da Literatura há que apostaram numa estratégia oposta: fundamentam-se no campo da Pedagogia, sem nunca reconhecerem as suas relações de parentesco com a área de referência específica. Se, na Didáctica da Língua Portuguesa, já foram publicados, em Portugal, trabalhos que souberam equilibrar estas tendências contraditórias e complexas do ponto de vista psicanalítico, trabalhos que não cito porque hoje não me apetece nomear mais ninguém a não a ser a autora deste estudo, na Didáctica da Literatura o livro da Maria de Lourdes pode ser encarado como inaugurador de uma nova atitude, que servirá de ponto de referência obrigatório para os estudos seguintes: não sofrendo de orfandade parricida ou matricida, apresenta-se como um filho que saiu de casa, se instalou numa casa construída à sua imagem e necessidade, mas sabe o que de melhor a casa paterna lhe pode dar. Por isso, neste livro, a Teoria da Literatura, em particular, é muitas vezes chão, muitas vezes referência, muitas vezes memória, mas não é nunca a «dona» a quem o trovador canta um amor obcecado e impossível. Obcecado, porque acaba por ofuscar outros seres amáveis (a escola, os professores, os alunos); impossível, porque deslocado.

Não, a voz escrita da Maria de Lourdes, se me permitem amplificar esta metáfora, assume-se como a de um trovador da Didáctica que sabe que o seu verdadeiro amor não está a montante, mas a jusante. Por isso, quando canta, canta também um amor impossível, mas de uma impossibilidade certa: porque quanto mais amamos o ensino da Literatura melhor compreendemos que não somos correspondidos por ele. Essa *coita*, sim, é a que vale a pena ser experimentada pelos

novos jograis. Convido-vos, por isso, a procurarem no livro da Lourdes a letra e a música dessa "cantiga de amor".

Neste contexto, deste livro emana uma ousadia académica que só honra a Universidade onde a tese de doutoramento que lhe deu origem foi aprovada. O que nos leva, mais uma vez, a atentarmos no papel decisivo que tem vindo a ser desempenhado pelas Universidades novas em Portugal.

Abandono a metáfora e vou ao cerne da questão: a Didáctica da Literatura da Maria de Lourdes Dionísio discute os problemas do Ensino da Literatura *taco a taco* com a Teoria da Literatura e, já agora, com outras disciplinas academicamente consideradas nucleares. Fá-lo com elegância e sem arrogância, no ambiente de confraternização e disputa honesta que verdadeiramente substancia o espírito científico. E essa atitude perante a Teoria da Literatura alarga-se ao modo como se relaciona com a Linguística e com as Ciências da Educação. Sem empurrar ninguém, desenha um território confortável a partir do qual olha para os manuais e convoca o olhar de outros especialistas.

Terceira Leitura

Finalmente, considerei que este texto se assume, igualmente, como um programa político. Passo a explicar.

Não existem estudos neutros. Aliás, como todos sabemos, não existe neutralidade na escrita. Educar também implica tomar partido e esse partido que o educador toma é necessariamente ideológico. Quando se reflecte sobre educação, esta evidência torna-se ainda mais premente. É isso mesmo que a Maria de Lourdes faz na Introdução e no capítulo I. Apresenta-nos os pressupostos do ponto de vista adoptado. E um deles se destaca mais do que todos os outros: aquele que encara a Escola da Democracia Ocidental como um espaço de conformação do aluno às super-estruturas social e culturalmente dominantes. O que quer isto dizer? Que a Escola assume como seu desígnio primordial transmitir conhecimentos pré-validados, mas também as atitudes que os alunos devem ter perante eles.

No que diz respeito ao Ensino da Literatura, esta opção ideológica é especialmente paradoxal, pelos motivos que passo a enunciar.

O texto literário diz coisas e, como tal, veicula valores. Contudo, os textos mais apreciados pela comunidade de leitores especializados são justamente aqueles que são capazes de ultrapassar os limites históricos impostos pelo seu contexto de produção e constroem mundivisões supreendentes, novas, contraditórias, inconformadas, etc. Quer isto dizer que a Arte Literária no seu melhor produz sujeitos rebeldes, trans-históricos, conflituosos.

Ora, a análise que a Lourdes efectuou demonstra que o esforço dos autores dos manuais vai precisamente no sentido de conduzir a Literatura a uma regulamentação de leitura que anula, reduz ou obscurece as suas dimensões mais inefáveis ou incontrolláveis. Os autores dos manuais parecem temer o que na Literatura é mais vital e, por isso, desvitalizam-na. Fazem-no através de enunciados que instituem uma

autoridade interpretativa que o aluno nunca é convidado a desmontar ou a recusar. Nesta sua operação, acabam por cumprir o desejo de Platão e, se não expulsam o poeta da cidade, expulsam-no da Escola. Expulsam da aula de Português todos os aspectos que, na Literatura, poderiam incentivar a formação de cidadãos pensantes, interventivos.

É muito surpreendente, aliás, que a Escola do 25 de Abril tenha dado origem a esta desautorização do indivíduo e da sua capacidade de pensar, contestar e transformar o mundo em que vive. É surpreendente, e deveria ser motivo de reflexão para todos nós, que a Escola do 25 de Abril tenha travestido a Escola do Salazarismo com roupagens da pedagogia pseudo-activa, do pseudo-estruturalismo serôdio e bem-pensante, de um pseudo-academismo desconfiado. Sem nunca o dizer, o livro da Lourdes sussurra, palavra a palavra, página a página, que o 25 de Abril não se cumpriu na Escola.

Convido-vos, agora, a lerem esse programa político que nos pode ajudar a resolver o problema da abstenção.

Termino.

Notaram, com certeza, que, ao contrário dos ditâmes próprios das sessões de apresentação, quase não me referi a conteúdos concretos do livro. Juro, solenemente, que o li todo. Mas preferi não me sobrepor ao prazer que espero venham todos a ter quando também o lerem. Porque, para além de tudo o que disse, o livro da Maria de Lourdes da Trindade Dionísio, minha querida amiga e colega, nos oferece um texto muito bem escrito que nunca cede à tentação de inventar neologismos trôpegos para dizer as novidades de que fala. Não, a Maria de Lourdes, para além do mais, ama a Língua Portuguesa.

Resta-me agradecer o convite para aqui estar hoje e desejar um grande sucesso a esta livro. Parabéns à editora, à Almedina, e, permitam-me, parabéns à Lourdes!

Livraria 100ª Página, Braga, 22 de Janeiro de 2001

António Branco

Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
da Universidade do Algarve